



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680227 - MA (2021/0219595-2)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : LEANDRO SILVA RANGEL DE MORAES  
**ADVOGADO** : LEANDRO SILVA RANGEL DE MORAES - MA017286  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : OTACILIO DOS SANTOS RODRIGUES (PRESO)  
**CORRÉU** : CARLOS EDUARDO DE JESUS PINTO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OTACILIO DOS SANTOS RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (Revisão Criminal n. 0800445-97.2021.8.10.0000).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e de 650 dias-multa, pela prática de delito de tráfico de drogas.

O impetrante sustenta que o apenado preenche os requisitos para ser beneficiado com a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, aduzindo que houve a ocorrência do vedado *bis in idem*, pois a quantidade de drogas foi utilizada para aumentar a pena-base e também para negar o redutor na terceira etapa da dosimetria da sanção.

Requer, liminarmente, a reforma do acórdão impugnado, a fim de que seja aplicada a minorante do tráfico. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de

plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente